

A Distinção.

Modos de usar

Nuno Domingos

Publicada por Pierre Bourdieu em 1979, *A Distinção – Uma Crítica da Faculdade do Juízo*, é um exemplo raro de uma ciência total, sem fronteiras, realmente interdisciplinar, ou talvez mesmo pós-disciplinar, e um exercício de liberdade criativa incomum nos modelos de conceção e de escrita dominantes.¹ Retrutando a sociedade francesa no final da década de 1970, o programa de investigação de *A Distinção*, em diálogo com tradições intelectuais diversas, mantém-se atual, vigoroso, e mais resistente ao tempo do que a grande maioria das críticas que lhe foram, entretanto, endereçadas.

A Distinção propõe uma explicação sobre a constituição social dos gostos e dos julgamentos. Começa por rebater as teses que interpretam estes processos recorrendo a universalizações abstratas e redutíveis a idiosincrasias individuais (“Eu julgo, aprecio e classifico porque tenho essa capacidade humana, e, ao fazê-lo, assumo a minha individualidade”). Estas asserções representam um pensamento essencialista, que promove um individualismo radical e formas mais amplas de racismo social, separando os que exibem uma relação com o “gosto dominante” dos que sofrem o estigma do gosto bárbaro. Para Bourdieu, o ato de distinção “não é na realidade senão uma diferença, um desvio, traço distintivo, em suma, uma propriedade relacional que só existe na e pela relação com outras propriedades” (Bourdieu, 1997, p. 6). A distribuição destas diferenças

¹ *A Distinção* foi objeto de inúmeras análises. Mais ou menos interessante, nenhuma substitui a experiência de leitura da obra. A edição portuguesa é de 2010 (Lisboa, Edições 70). Um dos melhores complementos a esta leitura é o texto “Espaço Social e Espaço Simbólico”, onde Bourdieu clarifica ideias e posições presentes em *A Distinção*, respondendo a críticas e interpretações que considera imprecisas (Bourdieu, 1997, pp. 3-14). Sobre *A Distinção* livro, tive a oportunidade de escrever uma introdução à edição portuguesa, juntamente com os meus colegas Diogo Ramada Curto e Miguel Bandeira Jerónimo (2010). Em Portugal, o trabalho que mais claramente se inspira n’*A Distinção* é o livro *Classes e Culturas de Classe das Famílias Portuguesas* de Virgílio Borges Pereira (2005).

pelo espaço social define proximidades e distâncias, que se manifestavam nos corpos (nos *habitus* e nas disposições), nos gostos e nas tomadas de posição, que o pensamento individualista toma por escolhas puras. Mecanismo de legitimação da diferença, o ato de distinção é indispensável para a reprodução dos sistemas de dominação.

Assim, os gostos e os julgamentos revelam diferenças e regularidades inscritas no espaço social, constituídas pela incorporação de competências que se ajustam ao meio envolvente e aí se revelam operativas. Estas diferenças são mensuradas por Bourdieu pelo recurso a uma inovadora teoria das classes sociais que, no quadro das sociedades mais modernizadas, situa os indivíduos pela identificação da relação entre a posse de capital económico e de capital cultural. A construção das diferenças de gostos e classificações sujeitava-se também a institucionalizações específicas, decorrentes da pertença dos indivíduos a campos de atividades, onde, quase sempre, se aprofundam disposições herdadas. Era no interior dos campos culturais fortemente autónomos que se promovia a “excelência estética”, legitimada por incomensuráveis dons e vocações, ocultados por uma “amnésia” em relação à história das suas condições de produção. Mais do que um meio para manter uma posição social dominante, ou um auxílio para facilitar projetos de mobilidade ascendente, o ato de distinção resulta da incorporação diferenciada de competências, inscrita no quotidiano pela exteriorização de gostos e julgamentos. Neste sentido, não se trata de um “snobismo”, consciente e intencional, embora, na realidade, esse tipo de apropriação estratégica possa ser incentivado por certas leituras de *A Distinção*.

Reflexividade, génio e os sentidos da obra

Um dos aspetos que melhor define a epistemologia de *A Distinção* é a historicização da construção de categorias do julgamento e da apreciação. Noutras obras, em especial em *As Regras da Arte* (1995), onde se concentrou na trajetória social e artística de Gustave Flaubert, Bourdieu investiu na análise do processo de criação, desconstruindo as definições românticas do génio artístico, que se prolongavam nas biografias de cientistas. Se Norbert Elias (1993) explicou o génio de Mozart pelas características da socialização familiar no ambiente musical da corte, mas, sobretudo, pelo lugar ocupado pelo compositor austríaco na transição histórica entre configurações sociais – que determinou a transformação do

estatuto social do artista –, Bourdieu recorreu ao conceito de campo artístico para situar Flaubert na hierarquia do mundo literário francês, tomando-o com o centro a partir do qual se identificam sistemas de relações, oposições e alianças, mecanismos de consagração e processos criativos, concretizados em obras.

O sociólogo francês voltaria a realizar uma análise biográfica extensa quando se propôs a um exercício de autoanálise. Tratava-se, então, de realizar a sociografia de um percurso improvável, o tipo de itinerário mais suscetível de ser assimilado pelo discurso romântico do gênio. Em *Esboço para Uma auto-análise* (2005) procurou evitar os equívocos da ilusão biográfica, presente em registos que conferem ao biografado poderes inauditos de decisão e escolha. Assim, localizou a sua própria posição no espaço social – criado numa cidade da província francesa, no Béarn, neto de camponeses, filho de um carteiro e de uma doméstica – destacou o papel da escola pública enquanto meio de mobilidade – escapando, assim, ao processo de reprodução escolar enunciado nas suas primeiras obras² –, para, depois, interpretar o percurso no campo académico, que o converteu, nas suas palavras, numa raridade estatística. Na universidade, beneficiou de uma formação compósita, concretizada pela relação cumulativa e dialética com a filosofia, a psicologia, a antropologia e a sociologia, embora o seu trabalho fosse também o de um historiador.³ O contato com as tradições, os debates, as metodologias e as epistemologias que marcaram em determinado período o campo científico e intelectual francês, e a consciência sociológica e política da improbabilidade da sua trajetória, que lhe aguçou o militantismo científico, colocou-o num lugar singular. Dominando com mestria as “regras do campo”, Bourdieu não se ajustava aos seus perfis mais ortodoxos e “academistas”. Assim, desse lugar específico, o de um integrado deslocado, propenso a visões heterodoxas sobre o ofício, orientado para ruturas – homólogo ao de tantos indivíduos que se destacaram nas suas atividades –, surgiu, “naturalmente”, uma proposta inovadora de rutura no campo das ciências sociais.

Sem o dizer explicitamente, Bourdieu explicou, assim, a origem do seu “gênio”, presente em “criações” como *A Distinção*. Mas para além disso, o seu programa de investigação enunciava como a explicitação reflexiva, histórica e sociológica, do processo criativo concede ao leitor meios de descodificação e apreciação, constituindo-se, assim, em condição do usufruto de obras artísticas

² Entre as obras de Bourdieu sobre a educação, escritas juntamente com Jean-Claude Passeron, foi traduzida em português *A Reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino* (1978).

³ Sobre a relação de Bourdieu com a historiografia, ver Gorski (2013).

e científicas. O reconhecimento do papel da reflexividade na construção do sentido da obra e da trajetória do autor desafiava a ortodoxia dos campos de atividade mais autônomos. Na realidade, porém, permitia igualmente refinar o processo de apreciação. Bourdieu nunca reduziu a experiência de recepção artística à ação de esquemas classificativos determinados por sucessivas socializações ou, mais redutoramente, ao “lugar de origem”. Contra quem considerava que a explicação histórica e sociológica eliminava o prazer estético, ou reduzia tal experiência a uma simples projeção de condições sociais, elogiou as “capacidades antropológicas” proporcionadas pela atividade singular dos campos autônomos, nomeadamente por terem criados universos práticos e simbólicos experimentais que ampliam possibilidades de produção e recepção. Como refere em *Meditações Pascalianas*:

Se o universal avança, é porque existem microcosmos sociais que, a despeito da sua ambiguidade intrínseca, ligado ao seu encerramento no privilégio e no egoísmo satisfeito de uma separação estatutária, são o lugar de lutas cuja parada em jogo é o universal e com as quais agentes possuindo, em graus diferentes segundo a sua posição e a sua trajetória, um interesse particular no universal, na razão, na verdade, na virtude, se acometem com armas que não são outra coisa senão as conquistas mais universais das lutas anteriores (Bourdieu, 1998, p. 107).

Assim, a mediação formal desenvolvida pelos campos mais autônomos constituía um elemento de reflexividade específico, complexificava a recepção e protegia-a da mordida de sentidos práticos mundanos, sobretudo da necessidade económica. Mas a reflexividade histórica e sociológica e a desconstrução da ideologia do dom e da vocação que legitima o carisma encantatório do “génio”, não anulavam as virtudes inerentes aos esquemas de apreciação desenvolvidos pelos próprios campos, apenas os depurava e intensificava.⁴ O acesso a estes esquemas de classificação, objetivamente

⁴Na realidade, este princípio é visível na análise do autor à organização do campo científico: a denúncia do cientificismo e de todas as formas de positivismo não constituía uma rejeição das conquistas universais trazidas pelos mecanismos de acumulação e produção de conhecimento produzidas pela ciência, como sugeriam todas as formas de relativismo antirracionalistas.

discriminado, reificava uma discriminação simbólica. *A Distinção* foi idealizada contra estas formas de racismo social, que escondem as condições de possibilidade da criação e do seu usufruto. A reflexividade a que a obra convida é potencialmente utilizável por quem, como se explica neste livro, aplica os seus esquemas práticos, transfigurados em princípios éticos e morais, na realização de classificações e julgamentos, sobre um objeto cultural ou uma ideologia política.

Serve este introito para sugerir que a interpretação de *A Distinção* pode ser sujeita ao programa de análise da receção enunciado nas suas páginas. Em primeiro lugar, a leitura da obra beneficia da interpretação sociológica da biografia do autor e do seu programa de investigação. Tal explicação prévia, no entanto, não encapsula o prazer da leitura. Assim, em segundo lugar, *A Distinção* merece ser observada enquanto ato criativo, dependente do “lugar do autor”, mas produtora de algo novo, experimental, inovador, devedor das capacidades antropológicas dos campos autónomos e do trabalho dos seus elementos mais heréticos. Por estas razões, vale pena olhar para a dimensão formal da obra enquanto elemento que configura a sua receção.

A dimensão formal

Há uma loucura criativa em *A Distinção*, que cola mal a quem dava de si próprio uma imagem taciturna, séria e controlada, vergada aos problemas do mundo – o que evoca uma certa ética de militantismo avessa aos excessos burgueses, tão presentes nas revoluções estudantis, como a de 1968, em França. *A Distinção* impõe uma rutura formal à qual se podem reconhecer virtudes estéticas: uma estética ao serviço do objetivo de representar e explicar melhor o mundo social, mas, ainda assim, engenhosa e bonita na sua conceção. E se é permitido usar estes adjetivos para descrever a receção deste livro é porque, importa insistir, a mensuração e identificação do espaço dos gostos não elimina o prazer de quem usufrui e julga, independentemente da posição social que ocupa, mesmo quando estes prazeres dependem de uma iniciação formal, estética e filosófica, que importa democratizar.

O engenho da montagem da obra e a necessidade de celebrar a sua elaboração chamam a atenção para algo desvalorizado no ensino das ciências sociais. A insistência necessária na importância da elaboração de investigações

movidas por problemas e suportadas por estratégias metodológicas adequadas, tem marginalizado a ideia de que é possível preencher estes critérios de múltiplas formas, não necessariamente respeitando modalidades consagradas: o artigo com uma introdução, desenvolvimento e conclusão, o livro com um número definido de capítulos e páginas, entre outras exigências protocolares. Tão dependentes da organização do campo académico como da relação deste com a indústria de publicação científica, estes limites concedem variações, mas eliminam exercícios imaginativos e fomentam modalidades de academismo que Bourdieu criticou. Ao contrário de outros campos autónomos, o campo científico, nomeadamente no caso das ciências sociais, não desenvolveu processos de valorização formal, nem estimulou a sua análise.

A Distinção tem uma divisão atípica, estruturada em grandes temas, tratados em interpretações segmentares e sucessivas digressões analíticas, e pelo uso de diferentes mediações do real, proporcionadas pelos dispositivos metodológicos. Na sua base, encontra-se um grande inquérito sociológico, complementado pelo uso criativo de estatísticas, quase sempre produzidas por instituições estatais. Por sua vez, os gráficos construídos pela análise de interdependências multifatoriais materializam em representação visual a máxima de que “o real é relacional”. Nestas representações, a transmutação de formulações teóricas, ou descrições analíticas formuladas pela escrita, metamorfoseia o mundo. Como nas grandes revoluções simbólicas, o método faculta ao leitor a possibilidade de um outro olhar, capaz de apreender realidades ocultas, ou pouco visíveis, mas, sobretudo, concede-lhe recursos para pensar relacionalmente. Para depurar este esforço de representação, Bourdieu recorreu a entrevistas e a observações de campo. Baseada na análise das situações e interações sociais quotidianas – devedora de Erving Goffman e da sua “ordem da interação” (1983) – esta etnografia densa, de certa forma dissimulada, sem limites temporais ou um âmbito espacial específico, permeia todo o livro, reforça o programa de investigação e os seus pressupostos teóricos, e suscita no leitor uma familiaridade, agora diversamente percecionada. Bourdieu recorreu igualmente à iconografia, tanto à pintura como à fotografia, esta usada desde os trabalhos na Argélia (1958 e 1963), e sobre a qual escreveu um livro (1965). Em *A Distinção*, as fotografias complementam o texto, possuindo um efeito descritivo não substituível pela escrita, e fornecem um índice de avaliação da receção, que ajuda a expor os mecanismos distintivos, dada a disseminação alargada desta “arte média”, esteticamente codificada, por um lado, e banalizada entre a população, por outro, mesmo antes da revolução digital.

Liberdade ou opressão

Continuando a pensar os termos da recepção de *A Distinção*, o seu programa analítico gerou em alunos, investigadores e em outros leitores uma reação adversa, justificada pela sua pretensa representação mecanicista do mundo.⁵ Assim, a tentativa de captar o espaço dos estilos de vida, dos gostos e dos julgamentos por intermédio de gráficos que representam uma estrutura de classe complexa, incomodou quem, inevitavelmente localizado nesse espaço de relações, experimentou o sequestro da sua singularidade. Este desconforto estendeu-se a jornalistas, artistas, políticos e cientistas, também vítimas do desencantamento do mundo provocado pelo exercício de objetivação proposto pelo autor. Particularmente moderna, a mensuração sociológica de Bourdieu refutava uma das principais características da ideologia da modernidade, a de que controlamos o nosso destino, libertos de forças metafísicas, mas também das estruturas sociais.

São compreensíveis o desagrado e a reação hostil ao programa de *A Distinção*. Outras leituras do livro são, no entanto, possíveis. De certa perspetiva, esta obra, ao invés de anular a individualidade, conduz ao seu aprofundamento. Para um leitor predisposto, a objetivação convida a uma autoanálise reflexiva,⁶ que ajuda a interrogar os termos da identidade individual, induzindo à mudança.⁷ Garantido ao leitor um controlo sobre o jogo da distinção, tal leitura autorreflexiva pode auxiliar estratégias de conquista de estatutos e posições sociais. Mas é igualmente generosa para sustentar políticas de relativização da hierarquia cultural, desafiando os mecanismos da sua produção e reprodução e incentivando práticas de subversão simbólica. Neste âmbito, não é arriscado considerá-la uma via possível para uma maior liberdade.

⁵ O uso da expressão “determinismo” para desqualificar a obra parece, porém, equívoco, não sendo evidente qual a natureza de uma ciência que não determina, embora frequentemente determine mal ou insuficientemente, o que será uma descrição mais definitiva da sua condição.

⁶ Mesmo inovando e reconvertendo os termos da discussão, é evidente como Bourdieu foi influenciado a este respeito pelas leituras de Freud, bastante mais do que alguma vez o admitiu.

⁷ Que noutro texto sobre a obra do autor designei por uma forma de “escapar à história.” (Domingos, 2014).

Culturas Populares

O lugar das “práticas populares” n’A *Distinção* prolongou o discurso sobre os limites da dominação e da ação individual. Neste universo particular é notória a tensão entre uma análise da reprodução, politicamente pessimista, e a constatação do poder transformador da reflexividade, que podia libertar a imaginação política. Apesar de Bourdieu pretender, no fundamental, identificar o valor da “cultura popular” num mercado de bens culturais e simbólicos, foi criticado por contribuir para a reificação da hierarquia cultural, desqualificando o “popular” e a margem de ação das classes populares (Ranciére, 1987; Grignon & Passeron, 1989). Como notado atrás, é inegável que n’A *Distinção* o sociólogo confere maior “complexidade” à lógica de receção codificada promovida pelos campos autónomos, face à dependência mundana da receção popular. Noutro sentido, quando analisa as práticas e os julgamentos políticos, insiste no efeito poderoso da desposseção prática e simbólica dos dominados. Comentando a expressão “armas dos fracos”, celebrada nas obras de James C. Scott (1985), Bourdieu argumentou, citando o historiador Lucien Bianco, que as “armas dos fracos são sempre fracas armas” (Bourdieu, 1998, p. 27). A crítica é pertinente: os olhares etnográficos sobre resistências informais, ricos, vivos e inspiradores, podem mascarar lógicas profundas de dominação estrutural e a incapacidade de os subalternos transformarem efetivamente a sua condição. Dir-se-á, no entanto, que o desenvolvimento de políticas de subversão simbólica implica a compatibilização das duas perspetivas.⁸

Quando publicada nos Estados Unidos, A *Distinção* gerou um debate equivalente, mas agora sobre os consumos e os estilos de vida. A relação dialética exposta no livro entre posição, disposição e tomada de posição importunava a ideia, constitutiva da ideologia individualista dominante na sociedade norte-americana, de que os indivíduos possuíam amplas possibilidades de mobilidade e flexibilidade social, expressas em padrões de consumo omnívoros (Peterson, 1983 e 1992). A *Distinção* resistiu bem a estas críticas, revelando como o consumo omnívoro não é menos determinado pelos contextos sociais de apropriação, significação e uso, já que os objetos culturais não possuem um “valor fixo”, independente das oscilações dos seus mercados e das suas utilizações

⁸ Como sugeriu o mesmo Scott ao referir que o seu trabalho permitia desenvolver as propostas de Bourdieu a uma outra escala. Comunicação pessoal.

diferenciadas.⁹ À medida da discussão suscitada pela expressão “armas dos fracos”, também neste caso é fundamental denunciar como mundividências liberais produzem desconhecimento e um efeito sobre o cotidiano (um “efeito de teoria”, como referiu o autor), instigando a crença generalizada na possibilidade da ação individual livre de amarras. E, no entanto, o esvaziamento da vida dos dominados, condenados a uma passividade ontológica, desprovidos de faculdades, olhados com paternalismo e distância, simplifica a interpretação; sobretudo, este olhar sobranceiro é pouco compatível com políticas de subversão simbólica sustentadas na crença, bem suportada empiricamente, acerca dos efeitos individuais e coletivos da reflexividade.

As políticas da reflexividade e o mercado político

Elemento epistemológico central na obra de Bourdieu, a reflexividade possuía uma dimensão política. O convite a uma autoanálise competia, a nível individual, com a prática da psicanálise, estimulando uma política do eu. Mas o seu uso revelava-se igualmente útil para combater politicamente o que o autor designou por inconsciente coletivo, protegido pelo pensamento substancialista, e um obstáculo ao conhecimento científico e às políticas da reflexividade. Como Bourdieu explicou, *A Distinção*, referindo-se à realidade francesa, constituía-se como uma proposta de análise universal, independente dos referentes culturais que a tornam expressiva e legível nos universos empíricos investigados. No texto “Espaço Social e Espaço Simbólico”, resultante de uma conferência sobre *A Distinção* realizada no Japão, Bourdieu denunciou as leituras culturalistas que confundem o espaço social com uma totalidade cultural. A obra clássica de Ruth Benedict sobre o Japão, *O Crisântemo e a Espada*, curiosa e respeitadora da “outra cultura” (identificando a sua sensibilidade própria e o mistério, tão afins dos interesses dos amadores do exotismo, como Bourdieu lhes chamou), acabava por aprisioná-la num círculo de autorreferencialidade. Dividido em segmentos díspares e incommunicantes, este mundo de culturas parecia incólume aos processos históricos globais modernos: a expansão de uma economia capitalista e da divisão do trabalho, a constituição de estados-nação, o colonialismo, a secularização, os sistemas escolares massificados, as formas de cultura popular global, a emergência do individualismo. Tal perspetiva culturalista encontrava

⁹ Sobre a continuação deste debate ver os interessantes trabalhos de Holt (1997), Friedman (2012) e Jarness (2015).

uma homologia na produção de esquemas de classificação hegemónicos, sustentados institucionalmente pelos discursos e práticas dos estados, e pelos princípios de visão e divisão provenientes dos campos políticos e mediáticos. Este modo de pensamento substancialista, como referiu o autor, estimulava uma mundividência racista que levava:

a tratar as actividades ou as preferências próprias de certos indivíduos ou de certos grupos de uma certa sociedade num certo momento como propriedades substanciais, inscritas de uma vez por todas numa espécie de essência biológica ou – o que não é melhor – cultural (Bourdieu, 1997, p. 5).

Por saber que a luta epistemológica era inevitavelmente uma luta política, Bourdieu não abdicou dos ganhos da reflexividade para intervir enquanto intelectual público.¹⁰ Assim, a sua análise do “campo político”, onde as lógicas de dominantes afastam os representantes dos representados, conduziu-o à denuncia deste défice democrático, mas também a pensar de que forma intervir. Investiu, em especial, na consagração do “intelectual coletivo”, a quem cabia participar nas lutas simbólicas pela representação do mundo, em nome do que chamou a universalização das conquistas universais. No terreno de luta entre diferentes formas simbólicas de representação, a mundividência relacional proposta pela leitura de obras como *A Distinção* devia prover-se de instrumentos de projeção social e institucionalização. O modelo de análise de *A Distinção* demonstra como a complexidade do espaço de lutas sociais não era uma mera projeção dos mundos institucionais da luta económica ou política, nomeadamente como concebidos por organizações políticas e sindicais, que historicamente haviam monopolizado a resistência às formas de dominação. O espaço das lutas estendia-se por arenas nas quais os indivíduos nem se reconheciam como elementos em luta, já que se encontravam mais propensos a avaliar a sua participação no quadro de afirmação da identidade individual, do que como atores específicos de conflitos entre classes e frações de classe. Meio eficaz de reprodução dos princípios de estratificação inscritos no espaço social, o processo enunciado pela *A Distinção* tornava a sociedade mais conservadora e resistente à mudança. As possibilidades de desafiar esta reprodução social

¹⁰ Algumas obras são especificamente dirigidas a esta intervenção (Bourdieu, 1998 e 2001). Sobre a intervenção política de Bourdieu, ver Poupeau e Discepolo (2002) e Wacquant (2005).

dependiam de um efeito de teoria, isto é, da capacidade de um princípio de análise relacional se inscrever pelo trabalho coletivo de natureza política.

Esta, claro, era uma luta difícil. A institucionalização de um pensamento relacional batalhava num espaço público saturado de outras propostas, onde se destacavam aquelas, em perda simbólica acentuada, que invocavam, com zelo positivista, representações sociais decalcadas da projeção de modelos datados de análise económica; as que absolutizavam determinadas divisões sociais e faziam daí a sua trincheira, como se não tivessem uma génese relacional, ou interseccional, como se tornou comum afirmar, à custa de menor eficácia conceitual; as que, do centro do campo político, celebravam uma grande classe média, lugar idealizado, unido pelo desejo legítimo do consumo que junta indivíduos e grupos com características distintas e exerce um efeito conservador nos padrões da escolha política; as que, prosseguindo velhas fórmulas, reforçavam perspectivas nacionalistas, chauvinistas e de extremismo religioso, hábeis em unir o que está, objetivamente, separado, e explorando o mal-estar social produzido pelo reforço dos processos de desigualdade social, ao representar as lutas sociais como conflitos entre dominados: trabalhadores nacionais contra trabalhadores imigrantes, incentivando a perseguição de minorias étnicas e religiosas, ou denunciando os beneficiários pobres dos apoios do Estado.

Bourdieu nunca se conformou em ser um ator subversivo no campo académico, embora a eficácia dos sujeitos políticos que procurou encarnar – o intelectual público e o intelectual coletivo – se tivessem revelado frágeis. A sua proposta relacional e reflexiva carece de um efeito de teoria inscrito social e politicamente. E, no entanto, a capacidade extraordinária do seu modelo de análise, mormente em *A Distinção*, em identificar a experiência humana prática e simbólica que organiza o espaço social é uma herança poderosa para o objetivo de criar condições políticas para a universalização das conquistas universais.

Referências bibliográficas

- Bourdieu, P. (1958). *Sociologie de l'Algérie*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Bourdieu, P. (1963). *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris: Mouton.
- Bourdieu, P. (1978). *A Reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Lisboa: Vega.
- Bourdieu, P. (1997). *Razões Práticas. Sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta.

- Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos*. Oeiras: Celta.
- Bourdieu, P. (1998). *Meditações Pascalianas*. Oeiras: Celta.
- Bourdieu, P. (1999). *A Dominação Masculina*. Oeiras: Celta.
- Bourdieu, P. (2001). *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Oeiras: Celta, 2001).
- Bourdieu, P. (2004). *Para uma Sociologia da Ciência*. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P. (2010). *A Distinção. Uma Crítica Social da Faculdade do Juízo*. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P. (ed.) (1965). *Un art moyen, Essai sur les usages sociaux de la photographie*. Paris: Minuit.
- Curto, D. R., Domingos, N., & Jerónimo, M. B. (2010). Para uma sociologia crítica de Pierre Bourdieu. in P. Bourdieu, *A Distinção. Uma Crítica Social da Faculdade do Juízo*. Lisboa: Ed 70.
- Domingos, N. (2014). O pensamento crítico de Pierre Bourdieu. De como escapar à História. In Unipop (ed.), *Pensamento Crítico Contemporâneo* (pp. 101-123). Lisboa: Ed 70.
- Elias, N. (1993). *Mozart: Sociologia de um génio*. Porto: Asa.
- Friedman, S. (2012). Cultural omnivores or culturally homeless? Exploring the shifting cultural identities of the upwardly mobile". *Poetics*, 40, 467-489.
- Goffman, E. (1983). The interaction order. *American Sociological Review*, vol. 48, n.º 1 (Fevereiro), 1-17.
- Gorski, P. S. (ed.) (2013). *Bourdieu and Historical Analysis*. Durham, NC: Duke University Press.
- Grignon, C., & Passeron, J.-C. (1989). *Le Savant et le populaire: misérabilisme et populisme en sociologie et en littérature*. Paris: Gallimard, Seuil.
- Holt, D. B. (1997). Distinction in America? Recovering Bourdieu's Theory of Taste from its critics. *Poetics*, vol. 26, n.º 2, 93-120.
- Jarness, V. (2015). Modes of consumption: From 'what' to 'how' in cultural stratification research. *Poetics*, 53, 65-79.
- Pereira, V. B. (2005). *Classes e Culturas de Classe das Famílias Portuenses. Classes sociais e "modalidades de estilização da vida" na cidade do Porto*. Porto: Afrontamento.
- Peterson, R. (1983). Patterns of Cultural Choice. *American Behavioral Scientist*, vol 26, n.º 4 (March/April), 422-438.
- Peterson, R. (1992). Understanding audience segmentation: from elite and mass to omnivore and univore. *Poetics*, vol. 21, 243-258.
- Poupeau, F., & Discepolo, T. (eds.) (2002). *Pierre Bourdieu. Interventions, science sociale et action politique*. Marselha: Agone/Contre-Feux.
- Rancière, J. (1987). *Le Maître ignorant : Cinq leçons sur l'émancipation intellectuelle*. Paris: Fayard.
- Scott, J. C. (1985). *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven and London: Yale University Press.
- Wacquant, L. (ed.) (2005). *Pierre Bourdieu and Democratic Politics: The Mystery of Ministry*. Cambridge: Polity Press.